Universidade do Minho - Instituto da Educação
Mestrado em Sociologia da Infância

Diálogos em torno de Jürgen Habermas

Esfera Pública, Acção Comunicativa e colonização mediática dos 'mundos de vida'

Ensaio crítico por Ricardo Garcia

U.C. Teorias Sociológicas Aprofundadas II
Professora Doutora Helena Machado
Junho de 2011

*Diálogos em torno de Jürgen Habermas**

Esfera Pública, Acção Comunicativa e colonização mediática dos 'mundos de vida'

Ensaio crítico por Ricardo Garcia

Resumo: neste ensaio crítico, redigido no âmbito da frequência da Unidade Curricular Teorias Sociológicas Aprofundadas II do Mestrado em Sociologia da Infância da Universidade do Minho, procuro escutar diferentes vozes lançadas à preleção em torno das reflexões de Jürgen Habermas acerca das sociedades modernas, designadamente no que delas concorre para a efetivação do ideal democrático num mundo que persegue pela globalização uma quimera de igualdade, mas que se mostra crescentemente diversificado, plural e desigual. Pretendo também salientar algumas propostas avançadas como réplicas aos riscos identificados pelo sociólogo alemão no decréscimo da participação política no campo da esfera pública.

21 de junho de 2011, derradeiros momentos da cerimónia de tomada de posse do recém-eleito XIX Governo Constitucional. Ao abandonar o Palácio da Ajuda, Teresa Caeiro, deputada da XII Legislatura, é interpelada por um jornalista em direto para o Jornal da Tarde da SIC, um dos canais televisivos portugueses emitidos em sinal aberto com maiores audiências. A figura pública é questionada sobre os motivos da escolha do *tailleur* que enverga e esboçando um esgar de incredulidade responde com ironia ajustada à ligeireza da pergunta colocada num momento, a vários níveis, solene. 27 de junho de 2011, a Islândia inicia uma reforma constitucional convidando os cidadãos daquele país a participarem no processo através do *Facebook*, no que a imprensa denomina de "Democracia 2.0"[1]. Inesperadamente, a conceptualização de Habermas em torno da participação política na esfera pública suscita um renovado interesse quando contemplada a agonia foliona dos média tradicionais num ciclo que expira ao ritmo galopante do sumiço de espetadores televisivos e leitores de jornais, e o movimento cujo advento temos o privilégio de presenciar, o de uma cultura de massas alternativa fundada na partilha global de conteúdos, intelectos e sinergias.

* Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990. Todas as traduções são da responsabilidade do autor.

[1] Artigo consultado a 27-06-2011 em http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=492757

Jürgen Habermas começa por teorizar em torno do conceito de Esfera Pública (*Öffentlichkeit*) no "início do seu percurso intelectual" (Silva, 2001: 117). Aquele conceito consubstancia-se num espaço privilegiado de "conquista de direitos" (Machado e Santos, 2011) por via de uma estratégia particular designada de "ação comunicativa". Eder (2007: 398), define a Esfera Pública como "o *locus* por excelência da comunicação social, concebida enquanto processo alicerçado em regras cognitivas. A esfera pública exige dos seus participantes a adesão a normas comummente aceites para que a participação possa ser legitimada. Estas regras são as da consideração pelos argumentos dos outros, o que obriga os participantes nesse reconhecimento recíproco a aceitar a força do melhor argumento". Pressupõe-se assim uma ética profundamente enraizada na conduta dos atores que esgrimem argumentos no seio da esfera pública, designadamente na perceção, porventura idealística, de indivíduos que percebem o outro enquanto portador de igual validade intelectual. A "ação comunicativa" exercida na esfera pública constitui uma rutura no pensamento marxista, pois faz radicar as mutações sociais nos processos racionais de diálogo e consenso e não no confronto entre classes. Transfere assim o contexto em que os atores sociais se digladiam do mundo do trabalho para o espaço gregário e distancia-se das teorias sociológicas do conflito aproximando-se das teorias do consenso. Repensa também a forma como os atores alcançam esse consenso, propondo a racionalidade e o diálogo com vista ao assentimento em detrimento da luta de classes.

Com efeito, apesar do epíteto de neo-marxista e de acordo com Schlosberg (1995: 293), Habermas destaca-se de outros teóricos da Escola de Frankfurt, designadamente Horkheimer e Adorno, para quem a implementação de relações instrumentais ("a tentativa de definir, objetificar, e dominar o 'outro'") se funda no estabelecimento de relações de dominação da natureza, dos demais seres humanos e de nós próprios enquanto sujeitos. Assim, para o autor, Habermas distingue-se pela afirmação da contemporaneidade como momento histórico em que perduram relações não apenas instrumentais e dominadoras como as referidas, mas em que recrudescem também relações intersubjetivas construídas numa base de "reciprocidade simétrica" (Heller, 1985: 6) do ato comunicacional.

Poder-se-ia estabelecer um paralelismo entre a linha de pensamento habermasiana, mormente no que se destaca do seu conceito de Ação Comunicativa, e a ação racional pelas finalidades (*Zweckrationalität*) de Weber, ação que busca influenciar o outro pela via instrumental. Contudo, Kelly (2004: 41) salienta que Habermas refuta esta "racionalidade instrumental", apontando como exemplos situações em que os atores procuram comunicar, tendo que empregar uma racionalidade baseada na procura de um consenso e não de um determinado fim, designadamente quando é colocado em prática um esforço fundamentado na "boa fé". Também Pajnik identifica a dicotomia entre aqueles conceitos (2006: 387), ressalvando contudo que o conceito habermasiano parece ser não uma oposição à ação instrumental de Weber, mas sim uma tentativa do seu aperfeiçoamento. À atitude comunicativa em particular, Habermas designou "racionalidade comunicativa", que Sarmento (2001) descreveu como "processo de apropriação reflexiva do real assente no intercâmbio interpretativo sobre as condições da existência e na expansão das suas possibilidades".

Embora alguns autores possam ter alegado que o sociólogo procurou assim apresentar uma estratégia "impoluta" de intenções menos válidas, Pajnik (2006: 388) salienta que não se procura estabelecer uma clivagem com a ação instrumental e orientada para os fins de Weber, até porque o discurso, mesmo que empreendedor de uma "escuta ativa", nunca é "inteiramente puro" como de resto terá reconhecido o próprio Habermas. Pode assim supor-se que ao realizar este reconhecimento da impossibilidade idealística de uma ação comunicativa elevada ao expoente máximo do altruísmo, Habermas assume tacitamente uma permanência de doses residuais de egoísmo no exercício da negociação entre os atores sociais, que não procuram apenas a defesa do interesse comum no exercício da ação comunicativa.

Uma das críticas à conceptualização em torno da esfera pública radica no carácter burguês que Habermas lhe reconheceu, especialmente no contexto sócio-histórico da sua génese. Com efeito, Stryker (2000: 217) refere que o conceito de esfera pública não logra "enquadrar a multiplicidade de comunidades interpretativas com identidades culturais distintas, tradições e modelos de racionalidade étnica". Também Silva (2001: 118) reconhece um carácter exclusivista na esfera pública proposta por Habermas, designadamente quando diagnostica uma exclusão da "esfera pública plebeia" e uma

"subordinação" desta à sua congénere burguesa. Ou seja, o exercício da ação comunicativa circunscrito a um grupo social específico é por conseguinte inibidor de uma participação universalizada e constitui-se como instrumento de salvaguarda de interesses particulares, deitando por terra a intenção do bem generalizável idealizada por Habermas.

A discussão em torno da ação comunicativa no seio da esfera pública está, em Habermas, estreitamente ligada à noção de 'mundo de vida'. Este conceito, conforme precisa Edwards (2008: 302), "denota áreas do quotidiano em que as ações têm que ser efetivadas comunicativamente. (…) O 'mundo de vida' apresenta três componentes estruturais que estão entrelaçados na interação comunicativa: 1) 'sociedade' (solidariedades, laço sociais e redes); 2) 'personalidade' (aspetos identitários, incluindo competências adquiridas na socialização); e 3) 'cultura' (tradições, conhecimento, significados e memórias)". Se para Edwards estes componentes do mundo de vida são recursos para a participação e ação social, o mesmo autor (idem, 304) destaca também que a comunicação interativa "se encontra em perigo no âmbito da tese habermasiana da colonização do 'mundo de vida', processo este que desgasta as formas de interação comunicativa substituindo-as por ações mediadas pelo dinheiro e pelo poder". Afirma-se assim um ascendente importante da natureza capitalista e burocrática das sociedades pós-modernas sobre as possibilidades discursivas dos indivíduos, crescentemente constrangidos por "jaulas de aço" impercetíveis mas latentes em todos os planos do quotidiano.

A propósito da influência do sistema capitalista nos processos de ação comunicativa propostos por Habermas, Smith (1984: 532) destaca as "patologias" criadas por este sistema de organização social, designadamente por via da transformação dos indivíduos em "clientes e consumidores" e na facilitação da colonização do quotidiano com notáveis efeitos ao nível da "reprodução cultural, integração social e socialização" Estes processos requerem comunicação e não "trocas de capital ou de poder administrativo". Nesta linha de pensamento, Habermas vem pleitear o derrube do capitalismo para a preservação da identidade social, já que, como salienta Kelly (2004: 43), o processo de colonização do quotidiano incorre na necessidade de ter que se justificar a si próprio (pois sendo instrumental e normativo

colide muitas vezes com linhas orientadoras da ação comunicativa baseadas na ética interpessoal), para além de contribuir para a progressiva alienação dos atores por via da "sistematização, burocratização e juridificação" da ação social.

Indissociável do sistema capitalista é o fenómeno da globalização e, no caso concreto deste texto, da globalização enquanto movimento cuja dinâmica surge impulsionada pelos média, sendo estes também reciprocamente impelidos pela disseminação de conteúdos numa lógica mercantilista. Casey *et al*. (2008: 140) invocam Macionis e Plummer (2002) que distinguem três vertentes da "globalização dos média: dos meios, da posse e dos conteúdos". A "globalização dos meios" diz respeito à disseminação e controlo das tecnologias de informação e comunicação que só pode ser comportada pelas "corporações transnacionais"; a "globalização da posse" destaca a inversão de um paradigma de comunicação assente no serviço público (do qual os autores destacam a BBC como arquétipo) o qual se terá "eclipsado" em benefício dos grupos privados, muito mais atrativos para as audiências, largamente financiados pelas corporações empresariais com vista aos lucros e operantes numa base desregulada em todo o espetro mediático; a "globalização dos conteúdos" encontra o seu epíteto nos eventos culturais com projeção mundial e em géneros televisivos amplamente disseminados, como as telenovelas, cujas narrativas e símbolos possuem sempre uma abrangência restrita dada a utilização reincidente de fórmulas ancestrais. Neste sentido, os autores destacam a subscrição a Habermas por parte de muitos críticos da globalização, designadamente no "argumento de que a sinergia global dos média ameaça a democracia, já que a 'esfera pública', local onde as ideias podem ser discutidas e formadas, tem sido diminuída e constrangida na relação entre os média e o poder comercial".

Considerando assim o ascendente tido pelos média – particularmente os que são extensões locais de corporações transnacionais ou, os que não o sendo, resultam e são impulsionados pela iniciativa privada – sobre a formação da opinião pública, importa perceber de que modo se pode responder aos perigos que esta 'colonização' representa para os Estados democráticos que estão, como assevera Schulz (2011: 238), tão "dependentes da vitalidade do debate público". Quais poderão ser as ferramentas de

antagonismo aos axiomas instituídos e institucionalizados pelo modelo societal capitalista globalizado?

Fuchs (2010: 175) rejeita a complementaridade entre o capitalismo e a esfera pública idealizada por Habermas ao considerar que a posse desigual de recursos redunda em vantagens materiais injustas na formação da opinião pública por parte de alguns grupos sociais, especialmente os detentores dos meios de comunicação social. Invoca Negt e Kluge que sustentam a urgência da formação de uma "contra-esfera pública do proletariado" por oposição à esfera pública burguesa e vem propor assim a criação de "média alternativos" contra as relações de dominação erigidas pelos média tradicionais. Salienta assim os "cidadãos-jornalistas", os "conteúdos críticos" que questionam todas as formas de "heteronomia e dominação", e as "organizações mediáticas de base" sustentadas em modelos de funcionamento alternativos e financiadas pelo mecenato. Sustenta ainda que as características destes média "críticos" deverão constituir uma negação dos modelos tradicionais de comunicação social ao nível dos "conteúdos", da "forma", do emprego de um "realismo dialético " e da "expressão materialística" dos interesses dominantes. Também Schulz (2011: 240) refere que "o desenvolvimento global dificilmente pode ser democratizado sem prosperidade de proporções globais (…). O que faz falta hoje é uma infraestrututra mediática global. Tais média terão que ir além da mera transmissão de premissas elitistas e permitir a deliberação pública". Salienta a propagação exponencial da Web, permitindo-nos perspetivar , por exemplo, a blogosfera como um interessante recurso de média alternativos.

Para além dos média, também na educação formal (universo incontestável de socialização primária e secundária) podem agir mudanças facilitadoras de mecanismos contra a alienação. Jenkins *et al*. (2006: 57) propõem a integração da "literacia mediática" nos conteúdos curriculares como estratégia de largos horizontes para melhor prover os atores com mecanismos de defesa face ao apelo das mensagens veiculadas. Com efeito, "a transformação mediática está a afetar todos os aspetos da nossa existência contemporânea e, como consequência, todas as disciplinas escolares devem assumir a responsabilidade de ajudar os estudantes a dominar as competências e conhecimentos que carecem para funcionarem num ambiente hipermediatizado." Propõem ainda um enquadramento avançado por Thoman e Jools (2005) para a literacia

mediática assente em estratégias participativas e construtivistas de ensino (por oposição a formas transmissivas), que se operacionaliza na reflexão em torno das seguintes questões: "Quem criou a mensagens? Que técnicas criativas foram utilizadas para captar a minha atenção? Quão distintamente de mim podem outras pessoas perceber a mensagem? Que estilos de vida, valores e pontos de vista estão representados – ou omitidos – na mensagem? Por que esta mensagem foi enviada?"

Nestas duas propostas – advento de média alternativos e reforma dos conteúdos difundidos no ensino – podem ser assim perspetivadas possibilidades de mobilização de recursos subjetivos facilitadores da reflexividade. Em última instância, a democratização do espírito crítico e a apropriação pelos indivíduos de uma atitude de questionamento poderão minimizar a extensão do arrebanhamento operado por interesses minoritários e elitistas. Um discurso alternativo que questione as lógicas de dominação e a sua apropriação por mais indivíduos, grupos e comunidades, poderá derivar num desdobramento qualitativo do debate no seio da esfera pública e constituir-se como mecanismo autêntico de emancipação das populações tradicionalmente afastadas da discussão política.

Referências bibliográficas:

- Casey, B., Casey, N., Calvert, B. French, J., Lewis, J. (2008). *Television Studies - The Key Concepts (2nd Edition)*. Routledge. Oxon.
- Eder, K. (2007). *Cognitive Sociology and the Theory of Communicative Action - The Role of Communication and Language in the Making of the Social Bond*. European Journal of Social Theory 10, 3 (pp. 389-408).
- Edwards, G. (2008). *The `Lifeworld' as a Resource for Social Movement Participation and the Consequences of its Colonization*. Sociology, 2008, 42(2) (pp. 299-316). British Sociological Association.
- Fuchs, C. (2010). *Alternative Media as Critical Media*. European Journal of Social Theory, 2010, 13 (pp. 173-192).
- Heller, A. (1985). *The Discourse Ethics of Habermas: Critique and Appraisal*. Thesis Eleven, 1985, 10-11 (pp. 5-17).
- Jenkins, H., Clinton, K., Purushotma, R., Robison, A. J., Weigel, M. (2006). *Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century* (white paper). The MacArthur Foundation. Disponível em: http://digitallearning.macfound.org
- Kelly, T. (2004). *Unlocking the Iron Cage: Public Administration in the Deliberative Democratic Theory of Jürgen Habermas*. Administration & Society, 2004, 36 (pp. 38-61).
- Machado, H., Santos, F. (2011). *Direito, Justiça e Média. Tópicos de Sociologia* (no prelo). Edições Afrontamento. Porto.
- Pajnik, M. (2006). *Feminist Reflections on Habermas's Communicative Action: The Need for an Inclusive Political Theory*. European Journal of Social Theory, 2006, 9 (pp. 385-404).
- Sarmento, M. J. (2001). *Infância, Exclusão Social e Educação para a Cidadania Activa*. Movimento (Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil), 3, Maio (pp. 53-74).
- Schlosberg, D. (1995). *Communicative Action in Practice: Intersubjectivity and New Social Movements*. Political Sudies, XLIII, 291-311. Blackwell Publishers, Oxford.
- Schulz, M. S. (2011). *Values and the conditions of global communication*. Current Sociology, 2011, 59 (pp. 238-251).
- Silva, F. C. (2001). *Habermas e a Esfera Pública: Reconstruindo a História de uma Ideia*. Sociologia, Problemas e Práticas, 2001, 35 (pp.117-138).
- Smith, A. A. (1984). *Two Theories of Historical Materialism - G. A. Cohen and Jürgen Habermas*. Theory and Society, 1984, 13 (pp. 513-540). Elsevier Science Publishers.
- Stryker, S. (2000). *Communicative Action in History*. European Journal of Social Theory, 2000, 3(2) (pp. 215-234).